



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 06, DE 4 DE 7 /2013

"Altera a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993, que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Acre, das Autarquias e das Fundações Públicas instituídas e mantidas pelo Poder Público."

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE**

**FAÇO SABER** que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** Os arts. 112, 117 e 121, da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993, passam a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 112.** À servidora gestante será concedida licença de cento e oitenta dias, com remuneração integral.

**Art. 117.** A servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança, será concedida licença remunerada, para ajustamento da adotada ao novo lar, nos seguintes períodos:

- I – cento e vinte dias, se a criança tiver até um ano de idade;
- II – sessenta dias, se a criança tiver entre um a quatro anos de idade; e
- III – trinta dias, se a criança tiver de quatro a oito anos de idade.

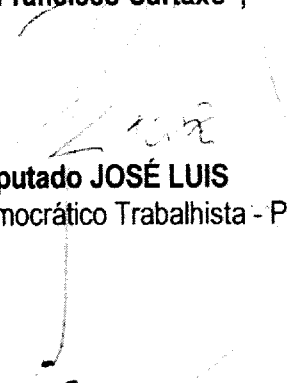
**Art. 121.** Ao servidor será concedida licença-paternidade, pelo prazo de quinze dias consecutivos, contados do dia do nascimento da criança, com remuneração integral.

**Parágrafo único.** Ao servidor que adotar ou obtiver guarda judicial de criança, até oito anos de idade, serão concedidos sete dias de licença remunerada, para ajustamento da adotada ao novo lar." (NR)



**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Sessões "Deputado Francisco Cartaxo",  
3 de julho de 2013**

  
**Deputado JOSÉ LUIS**  
Partido Democrático Trabalhista - PDT